

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

10.5902/2176148531077

DOI: 10.5902/2176148531077

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2018 by Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Letras.
All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Objetos paradoxais desiguais

Unequal paradoxical objects

Flavio da Rocha Benayon

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148531077>

Resumo: Ancorado na Análise de Discurso Materialista, de Michel Pêcheux, proponho trabalhar a desigualdade constitutiva da relação entre diferentes objetos paradoxais, especificamente na política institucionalizada. Procedo mobilizando a noção de *objetos paradoxais desiguais*, formulada a partir de meu encontro com determinados objetos. O percurso que seguirei retoma, primeiramente, análises que desenvolvi apontando os sentidos de *revolução* no fim da Primeira República Brasileira. Em um segundo momento, analiso os sentidos de *mudança* no segundo turno das eleições de 2014, no Brasil. Em uma terceira parte, aponto possíveis relações entre *revolução* e *mudança* na constituição dos *objetos paradoxais desiguais*.

Palavras-chave: Objetos Paradoxais Desiguais. Retorno na ordem do discurso. Revolução na Primeira República. Mudança em 2014. Análise de Discurso Materialista.

Abstract: Based on Michel Pêcheux's Materialist Discourse Analysis, I propose to work on the inherent inequality of the relation among different paradoxical objects, specifically in the political field. Thus, I present the notion of *unequal paradoxical objects*. First, I return to analyses that I developed by pointing the meanings of *revolution* in the end of the First Brazilian Republic. In a second moment, I analyze the meanings of *change* in the second round of the 2014 election process in Brazil. In a third step, I elaborate on possible relations between *revolution* and *change* in the constitution of *unequal paradoxical objects*.

Keywords: Unequal Paradoxical Objects. Return in the order of discourse. Revolution in the First Republic. Change in 2014 in Brazil. Materialist Discourse Analysis.

1. Introdução

Em *Metáfora e interdiscurso*, publicado pela primeira vez em 1984, Michel Pêcheux não cessa de dar consequências ao primado da divisão constitutiva dos sentidos, questão decisiva na Análise de Discurso, que contribui para a tomada de uma posição em direção diferente da dupla controvérsia que recobre os estudos da linguagem¹. Ao mencionar a dupla tradição racionalista e empirista, que faz retorno sem cessar na história da linguística, Pêcheux aponta para a sua forma moderna articulada na semântica geral e na teoria da comunicação. Enquanto a primeira supõe um funcionamento lógico, natural e universal que rege os sentidos, a segunda supõe “a interação entre emissores e receptores como espaço de produção do sentido do enunciado” (PÊCHEUX, 2014c, p. 154). As tradições racionalista e empirista, ou pode-se designar em sua forma contemporânea como logicista e sociologista, parecem desconsiderar o real da história na constituição do sentido, e também na constituição do sujeito: “O pressuposto filosófico comum a estas duas perspectivas me parece ser a de uma antropologia a-histórica da subjetividade, fundada *ab initio* na noção de sujeito” (PÊCHEUX, 2014c, p. 154, grifos do autor).

Pêcheux (2014c) toca nas feridas que doem no ponto em que o homem não é dono nem de seu dizer nem de si. Em relação ao logicismo e ao sociologismo, isso implica interrogar a relação entre sujeito, língua e história, questionando a compreensão da produção de sentido como resultante de uma operação universalizante ou de uma interação a-histórica. De minha posição, com Pêcheux, concordo que seja preciso colocar em questão a ideia de que “a discursividade se construiria a partir de regras semânticas e pragmáticas independentes e preexistentes” (PÊCHEUX, 2014c, p. 155). Levar em conta as feridas narcísicas acima mencionadas é operar diferentemente de uma antropologia a-histórica da subjetividade, cujo sujeito seria dono de sua língua. A História, que não cede a nenhuma leitura definitiva, é constitutiva do sujeito, de modo que a ilusão que diz *eu* não é fonte do sentido nem do dizer: “da noção da subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de

1 Em *A língua inatingível*, Pêcheux e Gadet designam de *dupla controvérsia* a divisão que domina os que teorizam sobre a língua. A trama histórica dessa dupla controvérsia teve diferentes momentos, como a discordância entre naturalistas/estoicos e convencionistas/aristotélicos e a discordância entre analogistas e anomalistas. Uma forma contemporânea comparece no logicismo e no sociologismo (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 29 - 30).

assujeitamento” (PÊCHEUX, 2014c, p. 156). Assim, o sujeito é constituído a partir de uma entrelaçada relação entre história e língua, sendo, portanto, um efeito: “O efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo” (PÊCHEUX, 2014c).

Essa outra via que percorremos com Pêcheux, que não é nem logicista nem sociologista, mas materialista, implica questões outras: “a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade” (PÊCHEUX, 2014c). Não mais o sujeito autônomo produtor de *seu* discurso, mas formas de existência histórica da discursividade constituídas a partir do interdiscurso e cuja unidade está sempre em risco devido a suas fronteiras porosas². Se o logicismo produz um efeito de universalização e o sociologismo produz um efeito de interação sobre a produção de sentidos, em *Análise de Discurso* trabalharemos a contradição. Um objeto pode produzir sentidos em disputa se significado a partir de diferentes posições de sujeito e, em um mesmo enunciado, um objeto pode significar equivocadamente, pois a aparente homogeneidade de uma palavra ou sentença frequentemente não coincide com o sujeito constitutivamente heterogêneo. Dessa forma, esse objeto não tem um funcionamento universal, como propõe a empreitada homogeneizadora do logicismo, não sendo o mesmo para todos, e não sendo o mesmo nem para aquele que enuncia. Por outro lado, afirmar que os sentidos são produzidos a partir da interação entre emissores e receptores, além de possibilitar a formulação de uma concepção que reduz a língua a uma perspectiva instrumentalizadora, apaga o funcionamento histórico constitutivo dos objetos.

Ao nos ancorarmos no materialismo histórico e diante da tomada de uma direção afastada do logicismo e do sociologismo, imediatamente se coloca uma questão: por que alguns sentidos são “evidentes”, “universais” e outros existem como se não existissem ou não deveriam existir?

2 O projeto de pesquisa *Leitura e memória* aponta para a unidade em risco: “[...] a incidência dos efeitos interdiscursivos apresenta evidentemente grandes variações, ligadas às modalidades da presença do discurso outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro. É essa segunda ordem de problemas, associada ao fenômeno, incontornável em sua heterogeneidade, da presença do discurso outro em toda sequência, que constitui o objeto central desta pesquisa” (PÊCHEUX, 2014b, p. 148, grifos do autor). Se há a presença do discurso outro em toda sequência, aquilo que faz unidade está constantemente em risco.

2. Unidade dividida

Os sentidos a serem apagados e a serem lembrados têm existência histórica. Essa existência é material e sua realização tem a ver com os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Alguns instrumentos – como os dicionários, a história dos livros escolares, as novelas de televisão, os jornais, os filmes – garantem o funcionamento de certas práticas perpetuadas com base em certas posições ideológicas através de certos AIE, ou, um outro modo de dizer, alguns instrumentos concorrem para a estabilização massiva de determinados sentidos – os “universais”. Esses sentidos têm relação com as forças que dominam os AIE. Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, Louis Althusser afirma:

Se os AIE [Aparelhos Ideológicos de Estado] <<funcionam>> de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, *na ideologia dominante*, que é a da <<classe dominante>>... (ALTHUSSER, 1970, p. 48, grifos do autor)

A dominação dos AIE e a estabilização de determinados sentidos, entretanto, não implica a anulação das disputas que têm lugar na formação social, por mais que, por vezes, pareça *evidente* que não haja disputas³. As relações imaginárias com as condições reais de existência, constitutiva de todo sujeito pelo processo de interpelação ideológica, compõem o caráter contraditório de todo objeto. Dada a impossibilidade de um processo de interpelação ideológica que constitua as mesmas relações imaginárias para todos, todo objeto suporta um caráter contraditório que ameaça constantemente a estabilidade dos sentidos estabilizados e também coloca em risco a dominância dos Aparelhos exercida pelas classes dominantes. Mas, além disso, devido ao processo de interpelação ideológica não produzir sujeitos plenos em suas relações imaginárias com as condições reais de existência, isto é, por haver falhas na identificação constituída pelo processo de interpelação, ou dito de outro modo, por todo sujeito ser constitutivamente heterogêneo, todo

3 Grifo o *evidente* para apontar o funcionamento do efeito ideológico elementar: a produção de evidências que funciona a partir de diferentes posições.

sujeito é uma mina em potencial habilitada ao acontecimento da explosão da dominância de sentidos que funciona em si. Mas é preciso dizer: para ser tomado pela dominância e evidência de outra rede de sentidos. A equivocidade constitutiva de todo objeto, de diferentes materialidades significantes, concorre sem cessar para os deslizos, derivas, deslocamentos, sentidos outros... e para a possibilidade de um mundo outro. Não à toa o exército e a polícia – o Aparelho Repressor de Estado – estão à espreita quando sentidos inesperados colocam gravemente em risco a estabilidade das forças dominantes.

Podemos concluir que o logicismo e o sociologismo, ao não se importarem com o funcionamento da história na relação com a língua e com o sujeito, abrem margem para a frequente reprodução dos sentidos estabilizados. Entretanto, ainda que em determinada formação social se concorra pela estabilização eterna dos sentidos “evidentes” e “universais” e que forças dominantes detenham certa dominância por via dos AIE, os objetos, por serem constitutivamente contraditórios apesar de sua aparente homogeneidade, configuram-se enquanto unidades divididas, de forma que o sentido dominante sempre pode ser outro. A respeito do caráter dividido dos objetos, Pêcheux afirma:

[...] as formas discursivas nas quais aparecem os ‘objetos’ tais como o balão, a estrada de ferro ou a toupeira são sempre conjuntamente determinados enquanto objetos ideológicos; nem universais históricos, nem puros efeitos ideológicos de classe, esses objetos teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, isto é, de existir como uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobre-determinado (poderíamos, em nossa contemporaneidade ideológica fazer observações análogas sobre noções como a de ‘mudança’ ou de ‘liberdade’) (PÊCHEUX, 2014c, p. 157-158).

Um objeto é constituído, isto é, produz sentidos a partir de determinada *formação discursiva*, doravante FD, compreendida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor). Os objetos entram em relação a outros pelo processo discursivo

sivo operado no domínio de uma FD, que não está isolada de outras FDs. A relação entre diferentes FDs acontece de forma contraditória, havendo disputa, e de modo desigual, havendo dominantes e dominadas em determinada configuração de uma formação social. Ao todo complexo com dominante das FDs, designou-se interdiscurso. Conforme Pêcheux, “propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Assim, um objeto não existe *a priori*, mas a partir de determinada FD, que está em relação contraditória a outras FDs. Essa relação contraditória possibilita afirmar o funcionamento da unidade dividida, a partir da qual um objeto pode significar diferentemente se enunciado a partir de diferentes posições. Diferentes posições podem estar em disputa para estabilizar a unidade de um objeto, que será sempre dividido, entretanto a estabilização pode garantir vantagens institucionais no seio de determinada formação social. A possibilidade de um sentido ser estabilizado em detrimento de outros aponta para uma relação desigual entre as FDs, pois é a dissimetria de forças, isto é, a dominância de uma região de sentidos sobre outras, que possibilita o apagamento de diferentes sentidos e a “universalização” de outros.

Ao afirmar que os sentidos de um objeto são constituídos a partir de determinada FD, não é possível, no entanto, produzir o efeito de que uma FD seja homogênea, isto é, não é possível mascarar que a divisão está cravada em seu interior. A existência de uma FD está em relação de desigualdade-contradição-subordinação a outras FDs, o que significa que ela não se constitui separadamente dessa relação complexa. Dessa forma, as fronteiras entre as diferentes FDs são porosas, possibilitando a presença do discurso outro no interior da ilusão de eu, de modo que o sujeito, sendo assujeitado, é também heterogeneamente constituído. A compreensão de haver regiões de sentido homogêneas foi severamente criticada, a ponto de a noção de FD ser questionada: “a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva” (PÊCHEUX, 2014a, p. 311).

Sendo assim, por um lado, é possível fazer a crítica de que há “[...] uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas” (PÊCHEUX,

2014a, p. 310), de modo que parece não fazer mais sentido falar em FD. Por outro lado, não é possível desconsiderar que uma larga produção em Análise de Discurso, no Brasil, mantém a noção de FD levando em conta as consequentes críticas às fronteiras fechadas das regiões de sentido. De minha parte, tomo posição a não abandonar essa noção. Quando consideramos um objeto paradoxal, ao menos no campo da política institucionalizada, diferentes sentidos podem ser produzidos, com desigualdade de forças, de modo que um poderá ser dominante sobre outros, produzindo o apagamento dos demais. A possibilidade de haver disputa e desigualdade de forças entre diferentes sentidos parece ter fundamento ao considerarmos a relação contraditória entre diferentes posições de sujeito e entre diferentes FDs. Desse modo, considerando a produtividade da noção de FD, mantenho-a funcionando em meu artigo, ainda que não nomeando explicitamente as regiões de sentido. Contudo, levo em conta o funcionamento de uma noção de FD largamente criticada pela homogeneidade outrora mobilizada. A esse respeito, ratifico a afirmação de Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin:

Consideramos, portanto, uma FD como heterogênea em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente insustentável, ele não consiste em um limite traçado de uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma *fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica (COURTINE, MARANDIN, 2016, p. 39, grifos dos autores).

3. Revolução: objeto paradoxal⁴

Ao longo do período que compreendeu a Primeira República Brasileira, *revolução* e formas correlatas retornaram em diferentes eventos, circulando na política institucionalizada pelo menos desde o começo da formação do movimento tenentista, em 1922. Não apenas formas substantivas, como *revolucionários* (1923, 1924), *revolução* (1924, 1930), *a revolução no Brasil* (1924), estiveram presentes no fio do discurso, mas também formas qualificativas, como *movimento re-*

⁴ Esta parte do artigo resulta da retomada e da releitura de minha dissertação, intitulada *Revolução em 1930: sentidos em disputa na constituição da história*.

volucionário (1922, 1924, 1930), *chefes revolucionários em armas* (1923), *tropas revolucionárias* (1923), *Manifesto Revolucionário Paulista* (1924), *programa revolucionário* (1924), *governo revolucionário provisório* (1924), *soldados revolucionários* (1925).

As formas de revolução apontadas circularam em textos constituídos em eventos como o *Levante do Forte de Copacabana* (1922), a *Guerra Civil do Rio Grande do Sul* (1923), a *Revolução Paulista* (1924), a *Coluna Prestes* (1924-1927), as *Eleições de 1930* e a *ascensão de Vargas* (1930). Certas semelhanças marcaram o cenário desses eventos, como a política do café-com-leite, que alternava o poder da República entre membros do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), a formação de alianças para acabarem com essa política, questões relativas à fraude eleitoral, o imaginário de economia fragilizada, a constituição de movimentos armados. Essas condições históricas semelhantes retornaram na constituição dos diferentes episódios, de forma que, concomitante a esse retorno, *revolução* produzia sentidos em relação de contradição.

Em março de 1930, o porta-voz da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, candidatou-se às eleições contra Júlio Prestes, membro do PRP. Nesse período em que o presidente era Washington Luís, também do PRP, a política do café-com-leite vigorava no país, entretanto a ausência de apoio da presidência à sucessão de um candidato do PRM figurou entre os motivos para a ruptura do acordo de alternância entre mineiros e paulistas. Alguns políticos de Minas Gerais compuseram, então, a Aliança Liberal, junto com políticos da Paraíba e do Rio Grande do Sul. No pleito eleitoral de 1930, Júlio Prestes foi eleito presidente pelos poucos brasileiros que podiam votar, contudo um imaginário de fraude produzia efeitos sobre sua recente vitória. Pouco tempo depois, formou-se o *movimento revolucionário*, composto por políticos da Aliança Liberal e por membros do movimento tenentista, como Juarez Távora. Carlos Prestes, outrora capitão dos tenentistas, sofrera uma tomada de posição em outra direção. Vargas, em 3 de novembro de 1930, com o apoio de alguns tenentistas, chegou ao poder como chefe do governo provisório da República.

Abaixo, recorto duas sequências discursivas de textos que circularam ao longo do processo de ascensão de Getúlio Vargas ao poder da República, em 1930:

SD1. A *revolução* afigura-se-nos – para todos os que já não cremos na eficiência do voto – essa força renovadora. [...] Não creio na exequibilidade da *revolução* desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do general Prestes – coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica. (J. Távora, Carta aberta de Juarez Távora, 31 de maio de 1930, grifos meus).

SD2. A experiência destes últimos meses, no Brasil e em toda a América do Sul, deve servir para convencer os trabalhadores das cidades e dos campos, os soldados e marinheiros, de que só eles poderão fazer a *Revolução*; que os *falsos revolucionários*, mesmos os que eram considerados honestos e sinceros, facilmente se vendem por alguns galões e bordados que lhes ofereçam Bernardes e seus companheiros. (C. Prestes, Aos revolucionários do Brasil – Manifesto de Carlos Prestes, 6 de novembro de 1930, grifos meus).

Objetos
paradoxais
desiguais

193

Em SD1, a designação *revolução* comparece na posição sintática de sujeito e é determinada linguisticamente por um artigo definido⁵. Esta marca linguística produz o efeito de um caráter não parcial de *revolução*, isto é, um efeito totalizante. A paráfrase *uma revolução* possibilitaria jogar com o caráter fragmentário presente no artigo indefinido, entretanto, ao contrário, o artigo definido, articulado às condições históricas de produção em que diferentes movimentos buscavam depor o governo eleito e estabelecer outro funcionamento político, aponta para o caráter totalizante de *revolução*. Essa designação, no fio do discurso, é articulada à *insurreição generalizada*, apontando o funcionamento totalizante em jogo. A palavra *revolução* mobiliza também sentidos que não incluem a participação da massa: “Não creio na exequibilidade da *revolução* desencadeada pela massa inerte”. A massa, significada como *inerte*, engloba: proletariado, colonos, peões, habitantes esparsos dos sertões. Na

5 Chamo atenção para essas marcas linguísticas, pois servirão para apontar as semelhanças entre algumas posições em disputa, em 1930, e as dessemelhanças dos sentidos de *revolução* entre 1930 e 2014.

formulação recortada, constitutivamente heterogênea, comparece uma modalidade do discurso outro que assombra a posição a partir da qual se constitui o enunciado. O locutor está identificado à inexequibilidade da revolução pela massa inerte, contudo a estrutura negativa convoca outra posição no interior mesmo do efeito de unidade que constitui o sujeito. Tal posição outra é aquela que pode afirmar “creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa”. A partir da posição de sujeito na qual o enunciado de Távora é constituído, ou seja, a partir dos efeitos de sentido possíveis de serem produzidos a partir dessa posição, cita-se Prestes: “nos moldes da [insurreição generalizada] que preconiza o manifesto do general Prestes”. A dispersão de enunciados que constitui o efeito-sujeito coloca em jogo posições em disputa no interior mesmo do locutor que enuncia, apontando para a heterogeneidade presente na sequência e, ao que parece, para a porosidade presente entre diferentes formações discursivas. É uma posição outra, que comparece em SD1, mas não é dominante na sequência, que comparece em SD2.

A posição de sujeito a partir da qual o enunciado de Carlos Prestes é constituído, em SD2, produz sentidos para *Revolução* em relação a *trabalhadores das cidades e dos campos, os soldados e marinheiros*. Esses seriam os *verdadeiros revolucionários*, que podemos parafrasear a partir da designação *falsos revolucionários*, articulada a *os que eram considerados honestos e sinceros*. Ao considerar as condições de produção, *os que eram considerados honestos e sinceros* atualiza sentidos que significam os tenentistas que outrora se levantaram contra Artur Bernardes e que, em 1930, uniram-se a ele e a Vargas para chegar ao poder federal. Assim, há os *verdadeiros revolucionários – trabalhadores das cidades e dos campos, os soldados e marinheiros*, e os *falsos revolucionários – alguns tenentistas, como Juarez Távora, e membros da Aliança Liberal*. No recorte “só eles poderão fazer a Revolução”, a designação *Revolução* comparece sintaticamente na posição de objeto, sendo linguisticamente determinada por um artigo definido. Assim como em Távora, *revolução* produz um efeito totalizante, não fragmentário, porém, diferentemente, ao comparecer na posição sintática de objeto, ela convoca um agente, um *eles* apto a fazer a *Revolução*. Em SD1, havia a impossibilidade de *revolução* se articular à *massa*, significada como *massa inerte*. Em SD2, *Revolução* se articula a *só eles*, que retoma os *trabalhadores das cidades e dos campos, os soldados e marinheiros*. As formulações *massa inerte* e *só eles* configuram as marcas do equívoco na língua e da contradição na história em que as diferen-

tes posições de sujeito produzem sentidos paradoxais para *revolução*. A articulação entre *massa inerte*, a paráfrase *sem eles* e *revolução* aponta para uma dessemelhança histórica quando colocada em batimento à articulação entre a paráfrase *massa ativa*, *só eles* e *revolução*. Uma diferença de uma palavra, mas que significa muito: a possibilidade de *revolução* se articular ou não à *massa*.

Abaixo, recorto uma sequência do discurso de posse de Getúlio Vargas, enunciado em 3 de novembro de 1930, para analisar o processo de produção de sentidos de *revolução*:

SD3. O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas. No fundo e na forma, a *revolução* escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. (G. Vargas, Discurso de posse como chefe do governo provisório da República, 3 de novembro de 1930, grifos meus).

A designação *movimento revolucionário* se articula a *nacionalidade* e a *vontade do povo brasileiro*, produzindo homogeneizações constituídas na relação entre porta-voz e povo. As formas de primeira pessoa do plural marcam as homogeneizações, como em *tivemos*, *nossa existência*, *nossa história política*. Esse funcionamento produz um efeito de unidade entre o porta-voz e o povo, como se não houvesse uma dissimetria entre ambos e como se *povo brasileiro* não fosse contraditório. Assim, esse efeito de unidade articulado ao imaginário de que não há dessemelhança entre *movimento revolucionário*, *nacionalidade* e *vontade do povo brasileiro* impossibilita que outras existências, outras histórias políticas e outros movimentos possam ser contados. A homogeneização operada em *movimento revolucionário* impede histórias outras. A designação *revolução* também produz um imaginário conciliador, significando como de todas as classes, conforme a formulação “No fundo e na forma, a *revolução* es-

capou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado”. Um funcionamento diferente comparecia anteriormente, impedindo um efeito de conciliação. Antes havia a impossibilidade de *massa inerte* se articular a *revolução*, em SD1, e a impossibilidade de *falsos revolucionários* significar em relação a *Revolução*, em SD2. Em SD3, há a produção da conciliação entre *elementos civis* e *classes armadas* para o *fato consumado*, isto é, para a *revolução*.

Em SD3, as designações *o movimento revolucionário* e *a revolução* comparecem na posição sintática de sujeito, sendo linguisticamente determinadas por artigos definidos que concorrem para a produção de um movimento sem margens, totalizante, como nas sequências anteriores. A determinação linguística sobre *revolução* e *movimento revolucionário* que comparece em SD1, SD2 e SD3 marca um ponto de semelhança entre posições de sujeito em disputa. A contradição constitui dissimetrias, marcadas por disputas entre diferentes posições, mas também pode haver pontos de semelhanças. O funcionamento da determinação linguística, em 1930, nas sequências recortadas, aponta para uma totalização de *revolução*, sem fragmentação possível, que pode indicar o enfraquecimento da crença no voto. Nas condições de produção das três sequências analisadas, as eleições levavam uma pequena parcela da população às urnas e mobilizavam um imaginário de fraude. Não é demasiado afirmar haver uma relação entre a descrença no voto e os sentidos de uma *revolução* totalizante. O movimento tenentista, iniciado em 1922, a Coluna Prestes, que começou em 1924 e teve seu fim em 1927, e o *movimento revolucionário*, que levou Vargas ao poder federal, foram movimentos armados que objetivavam depor o governo vigente e instaurar outra ordem sem contar com as urnas. A descrença nas eleições, que percorreu os movimentos dos anos de 1920, retorna em 1930. A designação *revolução*, significando em relação a uma outra ordem, formada por vias não eleitorais, percorre as posições de sujeito a partir das quais se constituem SD1, SD2 e SD3, marcando-se linguisticamente na determinação do pronome definido⁶.

O *movimento revolucionário*, cujo porta-voz foi Getúlio Vargas, garantiu certa estabilidade para *revolução* e suas formas correlatas, de maneira que, no *discurso de posse de 1930*, essa designação comparecia articu-

6 A respeito do imaginário de fraude eleitoral, ver minha dissertação: “Revolução em 1930: sentidos em disputa na constituição da história” (BENAYON, 2017).

lada à produção de homogeneizações, como apontado. A estabilização de sentidos de *revolução* a partir de Vargas contribuiu para o apagamento de outros sentidos possíveis, de modo que esse funcionamento tem relação com os AIE e o caráter privilegiado de onde se enuncia. Vargas chegou ao poder como chefe do governo provisório da República, de forma que seu discurso de posse deteve privilégios na circulação e na possibilidade de perpetuação, figurando, por exemplo, no espaço virtual da Biblioteca da Presidência da República e em inúmeras coletâneas de textos históricos. O mesmo não aconteceu com os textos citados de Távora e de Carlos Prestes. A estabilização de sentidos a alguns objetos paradoxais – os objetos paradoxais com dominância – garante privilégios oriundos dos AIE às forças que enunciam tais sentidos, podendo ocasionar o apagamento de outros sentidos que disputam a significação de determinado objeto paradoxal com dominância. A possibilidade de haver privilégios fornecidos pelos AIE às forças que enunciam os sentidos estabilizados de um objeto paradoxal com dominância marca a diferença de outros objetos paradoxais, que, mesmo tendo um sentido estabilizado em detrimento de outros, não garante os mesmos benefícios provindos dos AIE. Cabe dizer que a estabilização de um sentido, e não de outro, tem relação com o estado das disputas em determinada formação social.

Ao afirmar a existência de objetos paradoxais com dominância, assumo o funcionamento de, ao menos, uma dupla desigualdade relativa aos objetos paradoxais. Há a desigualdade entre sentidos produzidos a partir de diferentes posições de sujeito, de modo que determinados sentidos, os dominantes, podem ser estabilizados em detrimento de outros, sem que esses outros deixem de ameaçar essa estabilidade. Há, por outro lado, a desigualdade entre os objetos paradoxais que circulam em determinado campo, como na política institucionalizada, em determinado estado da formação social. Em 1930, ao considerar o *corpus* que trabalhei, parece haver uma *circulação* dominante de *revolução* em relação a outros objetos, como *mudança*. Parece também que as disputas por estabilizar *revolução*, no campo político partidário, acontecem de forma diferente das configuradas sobre outras palavras. Assim é possível afirmar que há o funcionamento da desigualdade entre diferentes objetos paradoxais, sendo que uns têm dominância sobre outros. Entretanto essa dominância é sempre relativa, de modo que é preciso considerar a recorrência de um objeto paradoxal em condições heterogêneas de produção, em um campo específico, em determinado estado da formação

social. De todo modo, se há uma centralidade desigual de disputas em torno de diferentes objetos paradoxais, é provável que a estabilização de sentidos aos objetos paradoxais com dominância implique uma relação privilegiada com os AIE no que se refere às garantias oriundas da institucionalização.

4. *Mudança: contradição e desigualdade hoje*

Junho de 2013 inaugurou um período em que inúmeras manifestações ocuparam as ruas do Brasil. Muitos foram ao espaço público com cartazes que continham inscrições de protesto, entre elas: “Para *mudar* o país é bomba! Para fazer protestos é bomba! E a galera caminha assim... #OMOVIMENTOÉSEXY!”, “Desculpe o transtorno, ESTAMOS *MUDANDO O BRASIL*” e “Um país mudo não *muda*”. Nessas três inscrições, formas do verbo *mudar* comparecem. Recorto-as para apontar como uma forma linguística presente no segundo turno das eleições de 2014 já comparecia nos protestos de junho de 2013 – acontecimento histórico que ainda guarda inúmeras questões. Passo às campanhas para presidente da República que circularam nas mídias brasileiras, em 2014. No segundo turno, Dilma Rousseff e Aécio Neves concorriam à presidência da República, e as inscrições de suas campanhas diziam, respectivamente: “Mais mudanças, mais futuro” e “#MudaBrasil”. Diferentes formas relativas a *mudar*, inscritas nas manifestações de 2013, compareceram também na política institucionalizada.

O enunciado “Mais mudanças, mais futuro”, além de slogan de campanha, estava inscrito no *Programa de Governo* de Dilma Rousseff, de onde recorto uma sequência para analisar o processo de produção de sentidos de *mudança*:

SD4. Em apenas 12 anos, o PT e os partidos aliados fizeram uma revolução social pacífica, o **mais amplo e vigoroso processo de mudança da história do país**. Depois dessas grandes transformações, é preciso inaugurar **um novo ciclo de mudanças**, para superar problemas estruturais e seculares que ainda impedem o desenvolvimento pleno de um país mais justo e para garantir que não ocorrerão retrocessos nas importantes conquistas obtidas nos últimos 12 anos. (Programa de Governo de Dilma Rousseff, 2014, negrito do Programa, itálico meu).

Os sentidos de *mudanças* que comparecem no enunciado “Mais mudanças, mais futuro” são produzidos articulados ao *Programa de Governo*, de onde a sequência acima foi recortada. Em “[...] fizeram uma revolução social pacífica, o mais amplo e vigoroso processo de mudança da história do país”, *mudança* produz sentidos em relação à forma verbal pretérita *fizeram*; também significa o passado de uma gestão de governo e se articula ao recorte “importantes conquistas obtidas nos últimos 12 anos”. De outro modo, em “[...] é preciso inaugurar um novo ciclo de mudanças [...]”, a forma verbal composta *é preciso inaugurar* aponta para algo a ser realizado, marcando uma discrepância temporal com os sentidos antes produzidos. Assim, os sentidos de *mudança* se articulam a uma disparidade temporal em relação ao passado e ao que deve vir a ser. A marca de uma temporalidade pretérita, que comparece em SD4, produz efeitos de forma semelhante a alguns recortes do discurso de posse de Vargas, em 1930. Abaixo, coloco ambos em batimento:

- “O movimento revolucionário [...] foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante” (Discurso de Posse de Vargas, 1930, grifos meus);
- “Em apenas 12 anos, o PT e os partidos aliados fizeram uma revolução social pacífica, o mais amplo e vigoroso processo de mudança da história do país.” (Programa de Governo de Dilma Rousseff, 2014, grifos meus).

Nos recortes de 1930 e de 2014, há a produção de um efeito mítico na história. Em “foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade” (Vargas) e “fizeram [...] o mais amplo e vigoroso processo de mudança da história do país” (Rousseff), comparece uma história sem precedentes, significada através das relações estabelecidas pelo advérbio *mais* e as formas pretéritas *foi* e *tivemos*, em Vargas, e *fizeram*, em Rousseff. A partícula *mais* e as formas pretéritas produzem um efeito de incomparabilidade na afirmação de nacionalidade, no primeiro caso, e nas *mudanças* acontecidas na história do país, no segundo. O efeito mítico de incomparabilidade produz a legitimação dos sentidos enunciados ao mesmo tempo que deslegitima sentidos outros, que não são dados a conhecer. Esse efeito é produzido a partir de um lugar insti-

tucionalizado, o da presidência da República, que dispõe de privilégios, mas que não garante uma perpetuação eterna dos sentidos enunciados, ou seja, em diferentes condições históricas de produção, os sentidos podem ser outros.

Apesar de efeitos semelhantes funcionarem em formulações produzidas em 1930 e em 2014, há diferenças em jogo. O sintagma *uma revolução social pacífica*, em Rousseff, ocupa uma posição predicativa, na ordem sintática, sendo a designação *revolução* determinada por um artigo indefinido e por qualificações linguísticas. A posição sintática do sintagma concorre para significar como uma prática que tem um agente: o *PT e os partidos aliados*. Em 1930, na formulação recortada a partir da posição de sujeito na qual o enunciado de Carlos Prestes se constitui, *revolução* também comparece em posição sintática de objeto, solicitando um agente: “só eles [trabalhadores das cidades e dos campos, os soldados e marinheiros] poderão fazer *a Revolução*”. A partir da posição de sujeito constitutiva da formulação de Rousseff, formas como *trabalhadores* ou, jogando com o exercício parafrástico, *povo*, *população*, *proletariado* não se inscrevem como possibilidades de agentes de *uma revolução*. Outra diferença entre 1930 e 2014 comparece na indefinição produzida pelo artigo *uma*. Nas sequências recortadas de textos que circularam na Primeira República, *revolução* foi linguisticamente determinada por artigo definido, produzindo um efeito totalizante. O artigo indefinido, em SD4, relativiza *revolução*, apontando para uma parcialidade, uma fragmentação que pode significar na relação com a crença no voto. As qualificações, em *uma revolução social pacífica*, apontam para essa crença.

A palavra *social*, em determinadas condições de produção, pode produzir um imaginário relacionado a um povo trabalhador que toma o poder. Entretanto *uma revolução social*, em Rousseff, produz sentidos relacionados ao sistema eleitoral existente, pois a *revolução* não se deu fora das urnas. Assim, *social* significa em relação a *revolução* e a *mudança*, porém não se trata de uma *mudança* que signifique colocar em risco o sistema político existente. A qualificação *pacífica* ratifica o sistema político que organiza a formação social contemporânea, contrapondo-se à memória de *revolução* como confronto ao modelo vigente. Essa qualificação pode concorrer para deslegitimar um evento que seja significado como *uma revolução social violenta*, ou *uma manifestação social violenta*, pois se constitui o imaginário de que a *revolução pacífica* foi feita democraticamente e tem a sede de seu poder na presidência da República. Em *uma revolução*

social pacífica, funcionam revoluções bem discrepantes das significadas na Primeira República, entretanto, ainda assim, *revolução* comparece no fio do discurso. *Revolução*, em SD4, é um ponto equívoco, em que o sujeito do discurso é tomado por uma negociação das fronteiras porosas do que pode e deve ser dito, negociando os contornos de uma revolução que significa poucas mudanças em relação ao estado de coisas existentes, mas que ainda se inscreve enquanto *revolução*. Um nó que condensa diferentes sentidos, em confronto: *uma revolução social pacífica* sabotada em sua formulação, mudando pouca coisa, mas que ali se inscreve deixando em estado incipiente a possibilidade de algo rebentar.

A designação *mudança*, então, em SD4, produz sentidos na relação com *uma revolução social pacífica* e com uma disparidade temporal – o tempo do que deve vir a ser e o tempo pretérito, produtor de um efeito mítico. Na campanha de Aécio Neves, o outro candidato que disputava a presidência no segundo turno das eleições, compareceu o slogan “#MudaBrasil”. Uma forma do verbo *mudar* parece se diferenciar da designação *mudanças*, presente na campanha de Dilma Rousseff. Para analisar a rede de sentidos que significa *muda*, recorto uma sequência das *Diretrizes Gerais: Plano de Governo*, de Neves, de 2014. Nessa sequência, *mudança* comparece no interior do capítulo *educação*. Observo que, na capa desse documento, aparece a inscrição “Coligação Muda Brasil”. Segue a sequência recortada:

SD5. Todos os brasileiros têm direito a uma educação de qualidade, e o grande desafio do país nos próximos anos será garantir a qualidade da educação, sustentada em uma concepção de direitos. Este desafio inclui a universalização da Educação Básica dos 4 aos 17 anos e grande esforço em direção à ampliação do aprendizado. A sociedade quer mudança. Quer escolas organizadas que funcionem bem, com mais tempo para as crianças aprenderem, mais transparência na gestão de recursos públicos, mais eficiência na execução de políticas educacionais e mais professores bem preparados e remunerados adequadamente (Diretrizes Gerais: Plano de Governo de Aécio Neves, 2014, grifos meus).

Nas *Diretrizes Gerais*, formas da designação *mudança* comparecem muitas vezes, entretanto a sequência acima é uma das poucas em que há a articulação a um imaginário de demanda da sociedade. Em SD5, os sintagmas *os brasileiros*, *do país* e *a sociedade*, presentes nos recortes

Todos os brasileiros, o grande desafio do país e A sociedade quer mudança, produzem uma totalização. A articulação do determinante linguístico ao nome produz uma homogeneização da sociedade, apagando a divisão que a constitui, e contribui para a produção de um efeito de homogeneidade entre porta-voz e *brasileiros*, isto é, como se não houvesse uma dissimetria entre as posições de sujeito a partir das quais os diferentes enunciados podem ser constituídos. Um funcionamento semelhante compareceu no discurso de posse de Vargas, quando formas de primeira pessoa do plural contribuíram para a produção da homogeneização entre porta-voz e *povo*. Esse processo possibilita ao porta-voz constituir um imaginário de que conhece e pode afirmar a vontade da *sociedade*, *una e indivisível*, que, em SD5, também se articula a *brasileiros e país*.

A designação *mudança* significa em relação ao efeito de homogeneização, como em: “A sociedade quer mudança”. A demanda por *mudança* teria como agente *a sociedade*, que, como dito anteriormente, articula-se a *os brasileiros e o país*. Essa demanda produz sentidos a partir de diferentes recortes. Em “têm direito a uma educação de qualidade” e em “garantir a qualidade da educação, sustentada em uma concepção de direitos”, o governo vigente no período das eleições de 2014 é significado como aquele que *não oferece o direito a uma educação de qualidade e não a sustenta em uma concepção de direitos*. Os sentidos produzidos constituem um imaginário de contraposição a falhas do governo vigente, de forma que *mudança* significaria fazer diferente do que se aponta como falho. Sendo assim, em SD5, há a) a produção da homogeneização entre o porta-voz de um movimento opositor ao poder presidencial e o povo, b) a constituição de um imaginário de governo vigente atravessado por aspectos falhos e c) o efeito de a solução para os problemas apontados estar no porta-voz.

Em SD5, *mudança* também se articula a “escolas organizadas que funcionem bem”, “mais transparência na gestão de recursos públicos” e “mais eficiência na execução de políticas educacionais”. Nesse recorte, continua a ser produzido o imaginário de contraposição ao governo vigente, que, jogando com o exercício parafrástico, *ofereceria escolas desorganizadas que funcionam mal, teria pouca transparência na gestão de recursos públicos e pouca eficiência na execução de políticas educacionais*. Se *mudança*, em SD4, produz sentidos como a continuidade das *importantes conquistas obtidas nos últimos 12 anos* e se articulando a *uma revolução social pacífica*, por outro lado, em SD5, *mudança* significa como uma contraposição ao que *vem sendo*, significado como falho. Dessa forma, em SD4 e em SD5,

comparece o caráter paradoxal no processo de produção de sentidos para o objeto *mudança* e suas formas correlatas. Entretanto, colocar em batimento as sequências que circularam em 1930 e em 2014 possibilita apontar semelhanças entre as posições de sujeito contraditórias em SD4 e em SD5. Os sentidos de *mudança*, em ambas as formulações, são semelhantes na ausência de uma mudança que escape ao sistema eleitoral vigente, ao menos nos enunciados recortados a partir do segundo turno das eleições. *Revolução*, em SD1, SD2 e SD3, também funcionava paradoxalmente, mas mobilizava de forma semelhante a descrença nas urnas. Se colocamos em relação 1930 e 2014, considerando o *corpus* analisado, há uma diferença que caracteriza as palavras *revolução* e *mudança* no que se refere à crença e à descrença no sistema eleitoral.

Objetos
paradoxais
desiguais

203

5. Objetos paradoxais desiguais

Ao longo da Primeira República Brasileira, o objeto *revolução* produziu sentidos em disputa, como aponte nas sequências recortadas a partir dos textos de Távora, Prestes e Vargas. Em 1930, Vargas chegou ao poder da República, possibilitando a institucionalização de determinados sentidos de *revolução*. Essa institucionalização implicou o apagamento de outros sentidos possíveis, como a *revolução dos trabalhadores das cidades e dos campos*, que compareceu a partir da enunciação de Carlos Prestes. Essa palavra, que estava frequentemente presente no discurso político partidário durante a Primeira República Brasileira, constituiu-se como um *objeto paradoxal com dominância em relação a outros objetos paradoxais*, de modo que a disputa pela estabilização de sentidos ficou centralizada. Toda unidade tem a propriedade de ser dividida, entretanto as unidades divididas com dominância parecem centralizar as disputas de tal forma que diferentes forças concorrem demasiadamente para estabilizar esses objetos. A possibilidade de sua estabilização não está na habilidade retórica de um ou outro personagem, mas no estado das disputas configuradas em determinada formação social. Assim, quando Vargas enuncia o discurso de posse, em 1930, e estabiliza sentidos para *revolução*, as condições dessa estabilização já estavam postas naquela época, de modo que não está em questão algo da ordem de um mérito da Aliança Liberal. Nas condições da Primeira República, a *revolução dos trabalhadores das cidades e dos campos* não foi possível.

A estabilização de um *objeto paradoxal com dominância* escapa às forças que a possibilita, pois seu funcionamento está na história, entretanto tais forças, ao se inscreverem enquanto posições de sujeito que

sustentam tais sentidos, garantem benefícios oriundos da institucionalização possibilitada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Assim, foi possível que Vargas, ao tomar posse como chefe do governo provisório da República, ficasse no poder por 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, fizesse mudanças nas instituições brasileiras e deixasse Carlos Prestes preso por 9 anos, de 1936 até o fim do Estado Novo, em 1945.

Há algo que na atual configuração de nossa formação social e na Primeira República possibilita afirmar a relação desigual entre objetos contraditórios no que toca à centralização de forças em disputa por estabilizá-los. Atualmente, não lemos, nas ruas, cartazes com inscrições “estamos revolucionando o Brasil” ou logos de campanha “mais revolução, mais futuro”. Hoje, escutamos poucos gritos de “queremos uma revolução!”. Escutamos, por outro lado, “queremos mudanças”. Ao considerar as disputas em torno do mesmo objeto no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e as análises aqui desenvolvidas, podemos afirmar que, no estágio atual da formação social, *mudança* é um *objeto paradoxal com dominância*, pelo menos em relação a outros objetos, como *revolução*, no campo da política institucionalizada.

Retomo Althusser para sustentar a noção de *objetos paradoxais desiguais* a partir do batimento com a relação de desigualdade existente entre os *Aparelhos Ideológicos de Estado*:

Ora, no período histórico pré-capitalista, que examinamos a traços largos, é absolutamente evidente *que existia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja*, que concentrava não só as funções religiosas mas também escolares, e uma boa parte das funções de informação e de <<cultura>>. Não é por acaso que toda a luta ideológica do século XVI ao século XVIII, a partir do primeiro impulso dado pela Reforma, *se concentra* numa luta anticlerical e anti-religiosa; não é por acaso, é em função da própria posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado religioso (ALTHUSSER, 1970, p. 58-59, grifos do autor).

E também:

É por isso que nos julgamos autorizados a avançar a Tese seguinte com todos os riscos que isso comporta: pensamos que o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição

dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, é o Aparelho Ideológico escolar (ALTHUSSER, 1970, p. 60, grifos do autor).

Os dois trechos de Althusser apontam para a existência de diferentes AIE em uma mesma formação social e para a desigualdade entre eles. No período histórico pré-capitalista, o AIE religioso detinha a dominância em detrimento do AIE familiar, do AIE político, do AIE “pré-sindical”. Segundo Althusser (1970), nas formações capitalistas maduras, ao menos no estágio de escrita do texto, o AIE escolar detinha a dominância. Podemos questionar se outros AIE não ocupariam o papel central em diferentes configurações da formação social, porém, de qualquer forma, há uma desigualdade característica da relação entre os Aparelhos Ideológicos de Estado, sendo um dominante em relação a outros. Os AIE comportam, em seu interior, a contradição entre diferentes posições ideológicas, apesar de a unidade dos diferentes aparelhos estar assegurada pelas forças dominantes. Seria impossível transpor o funcionamento contraditório que tem lugar nos AIE, que possibilitam a perpetuação das relações de produção e reprodução existentes, para a contradição constitutiva dos objetos paradoxais, que coloca em jogo, de forma diferente, o real da língua. Entretanto o funcionamento da contradição, constitutiva dos AIE e dos objetos paradoxais, parece se assemelhar ao possibilitar uma relação desigual entre ambos. Ou seja, não apenas os AIE, mas também os objetos paradoxais são desigualmente contraditórios, de modo que diferentes objetos paradoxais e diferentes AIE centralizam de forma desigual as disputas entre diferentes forças. Essas observações parecem tornar possível afirmar que a *contradição* é contemporânea da *desigualdade*.

*Objetos
paradoxais
desiguais*

205

6. Considerações finais

A partir das formulações de Michel Pêcheux, este artigo questionou o imaginário de evidência e universalidade produzido por determinados sentidos. Ancorado em uma posição materialista, apontei o caráter paradoxal dos objetos, de modo que o processo de produção que constitui a significação ocorre sempre a partir de determinada posição de sujeito. Dessa forma, o sentido considerado evidente e universal para uma palavra ou acontecimento histórico, em determinadas condições da formação social, pode

dispor de estabilidade, mas não é o único possível. Outros sentidos estão constantemente em relação de contradição, disputando estabilizar-se em detrimento dos demais, sendo esse um movimento sem fim.

As disputas em torno de *revolução* e *mudança*, que circularam em 1930 e em 2014, respectivamente, apontaram o caráter paradoxal desses objetos, de modo que certos sentidos detinham dominância em relação a outros. Nesse caso, há uma desigualdade interna ao objeto, em que determinada significação dispõe de estabilização sobre as demais. Além desse funcionamento, propus haver uma desigualdade entre os objetos paradoxais, pois, em minhas análises, no caso de 1930, comparece uma dissimetria na circulação e nas disputas por estabilizar *revolução* em vez de outros objetos, como, por exemplo, *mudança*. Naquelas condições históricas, no campo da política institucionalizada, o objeto que detinha dominância, centralizando disputas, era *revolução*.

Nas atuais configurações da formação social, no campo da política institucionalizada, *revolução* não parece circular mais como um *objeto paradoxal com dominância*. Hoje, no Brasil, os gritos por *revolução* não ecoam como antes. Ao considerar esses objetos que dispõem de alguma dominância sobre os demais por centralizar as disputas em determinados campos, como na política institucionalizada ou nas manifestações sociais, é possível afirmar que *mudança* é um objeto paradoxal com dominância. Os gritos por *mudança* compareceram nas manifestações de junho de 2013 e nas disputas do segundo turno das eleições de 2014, de modo que seus efeitos equívocos ainda parecem ecoar.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa, Editorial Presença, 1970.

BENAYON, Flavio. **Revolução em 1930**: sentidos em disputa na constituição da história. 135f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques, MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, Bernard et al. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 33-54.

GADET, Françoise, PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. 2. ed. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise, HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 307-315.

_____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: _____. **Análise de discurso**: textos selecionados. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014b, p. 141-150.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: _____. **Análise de discurso**: textos selecionados. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014c, p. 151-161.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PRESTES, Luís Carlos. Aos revolucionários do Brasil: manifesto de Luís Carlos Prestes (6 de novembro de 1930). In.: BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**: revolução de 30 e governo provisório. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 330-334.

PSDB. **Diretrizes gerais**: plano de governo Aécio Neves. 2014. Disponível em: <http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/10/Plano-de-governo_aecio1.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

PT. **Mais mudança, mais futuro**: programa de governo Dilma Rousseff. 2014. Disponível em: <<http://www.archivoelectoral.org/archivo/doc/ProgramaDilmaRousseffPresidencialBrasil2014.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

TÁVORA, Juarez. Carta aberta de Juarez Távora (31 de maio de 1930). In.: BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**: revolução de 30 e governo provisório. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 173-177.

*Objetos
paradoxais
desiguais*

207

VARGAS, Getúlio. **Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da República** (3 de novembro de 1930). Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

Recebido em fevereiro de 2018

Aceito em abril de 2018

Flavio da
Rocha Benayon